



# **Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.**

CNPJ: 14.422.483/0001-27

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Com relatório dos auditores independentes



## **Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.**

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

#### Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstrações do resultado .....	5
Demonstrações do resultado abrangente .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações do fluxo de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
Enel Green Power Pedra Gerônimo Eólica S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Pedra Gerônimo Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Pedra Gerônimo Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

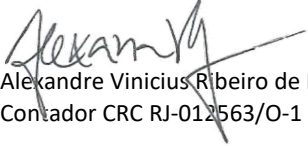
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-012563/O-1

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.052	5.798
Títulos e valores mobiliários		578	-
Contas a receber de clientes	5	7.623	10.962
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		54	220
Outros tributos compensáveis		61	58
Adiantamentos a fornecedores		701	703
Créditos com partes relacionadas	8	4.629	4.528
Outros créditos		1.215	915
Total do ativo circulante		<u>30.913</u>	<u>23.184</u>
Não circulante			
Imobilizado	6	164.589	169.588
Intangível	7	21.154	22.060
Total do ativo não circulante		<u>185.743</u>	<u>191.648</u>
Total do ativo		<u>216.656</u>	<u>214.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	<b>9</b>	<b>2.511</b>	1.225
Imposto de renda e contribuição social a pagar		<b>101</b>	455
Outras obrigações fiscais		-	322
Débitos com partes relacionadas	<b>8</b>	<b>5.437</b>	8.944
Obrigações por arrendamentos	<b>10</b>	<b>61</b>	46
Dividendos a pagar		<b>4.392</b>	2.118
Outras obrigações		<b>244</b>	228
Total do passivo circulante		<b>12.746</b>	13.338
Não circulante			
Obrigações por arrendamentos	<b>10</b>	<b>2.224</b>	1.717
Provisão para desmantelamento	<b>11</b>	<b>504</b>	1.147
Total do passivo não circulante		<b>2.728</b>	2.864
Patrimônio líquido	<b>13</b>		
Capital social		<b>184.320</b>	189.520
Reservas de lucros		<b>16.862</b>	9.110
Total do patrimônio líquido		<b>201.182</b>	198.630
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>216.656</b>	214.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	14	62.873	43.167
Custo do serviço	15	<u>(39.477)</u>	<u>(28.628)</u>
Lucro bruto		<u>23.396</u>	<u>14.539</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(3.234)	(3.652)
Outras receitas		<u>25</u>	<u>-</u>
Total das despesas operacionais		<u>(3.209)</u>	<u>(3.652)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		20.187	10.887
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		1.508	1.015
Despesas financeiras		<u>(864)</u>	<u>(1.342)</u>
		<u>644</u>	<u>(327)</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		20.831	10.560
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	17	(2.338)	(1.647)
Lucro líquido do exercício		<u>18.493</u>	<u>8.913</u>
Lucro por ação			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	18.493	8.913
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>18.493</u>	<u>8.913</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	189.520	2.315	18.807	-	210.642
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	(18.807)	-	(18.807)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.913	8.913
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal	-	446	-	(446)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.118)	(2.118)
Reserva de reforço para capital de giro	-	-	6.349	(6.349)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	189.520	2.761	6.349	-	198.630
Redução de capital	(5.200)	-	-	-	(5.200)
Distribuição de dividendos adicionais propostos	-	-	(6.349)	-	(6.349)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.493	18.493
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal	-	925	-	(925)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.392)	(4.392)
Reserva de reforço para capital de giro	-	-	13.176	(13.176)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	184.320	3.686	13.176	-	201.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	18.493	8.913
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	252	223
Depreciação e amortização	7.829	7.763
Valor residual de imobilizado e intangível	3.210	-
Atualização da provisão de desmantelamento	83	72
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.338	1.647
	<u>32.205</u>	<u>18.618</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Contas a receber de clientes	3.339	5.284
Créditos com partes relacionadas	(101)	679
Tributos a compensar	163	49
Outros créditos	(298)	312
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores	1.286	(1.756)
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	(598)	379
Débitos com partes relacionadas	(3.507)	5.887
Outras obrigações	16	(476)
	<u>32.505</u>	<u>28.976</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.416)	(1.793)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>30.089</u>	<u>27.183</u>
<b>Atividades de investimentos</b>	-	-
Títulos e valores mobiliários	(578)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(5.313)	(2.548)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u>(5.891)</u>	<u>(2.548)</u>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de obrigações por arrendamento	(277)	(227)
Dividendos pagos	(8.467)	(22.377)
Redução de capital	(5.200)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	<u>(13.944)</u>	<u>(22.604)</u>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<u>10.254</u>	<u>2.031</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.798	3.767
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>16.052</u>	<u>5.798</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

---

A Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 30 de setembro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial eólico de 30,55 MW no município de Tacaratu, Estado de Pernambuco, com contrato vigente até 26 de março de 2047, que foi objeto do Leilão nº 02/2011-ANEEL, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

#### 1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

##### Pessoas e sociedade

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos.

Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

##### Monitoramento e plano estratégico

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

---

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 29 de abril de 2022.

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando o indicada a base diferente de mensuração.

### 2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

## 3. Políticas contábeis, estimativas e julgamentos

---

### 3.1. Receita de contratos com clientes

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, este modelo é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

### 3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção.

Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado.

### a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos financeiros e seus ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), conforme apropriado.

### b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### c) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### d) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.4. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº7.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

#### *Desmantelamento de áreas*

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

### 3.5. Ativo intangível

O Ativo intangível é composto pela aquisição do projeto eólico. Esse ativo foi reconhecido pelo custo. O ativo intangível será amortizado durante sua vida útil econômica estimada, limitada ao período de autorização.

### 3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.7. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

#### Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

### 3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nos orçamentos financeiros, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### 3.9. Imposto de renda e contribuição social – Lucro presumido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- a) 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- b) 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

### 3.10. Operações de arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

### 3.11. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

#### a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

- (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:
- (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias.

#### b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual e aplicações de escopo quanto ao CPC 25 e ICPC 19.	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

### 3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários cíveis, arrendamentos e instrumentos financeiros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

### *Estimativas e premissas*

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisão para desmantelamento e perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”).

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB - Certificado de depósito bancário	<b>16.052</b>	5.798
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>16.052</b>	5.798
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>16.052</b>	5.798

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

## 5. Contas a receber

	A vencer	Vencidos há mais de 90 dias	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Energia elétrica de curto prazo - CCEE (a)	5.640	700	6.340	9.705
Suprimento de energia	1.427	18	1.445	571
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	-	-	-	848
	<b>7.067</b>	<b>718</b>	<b>7.785</b>	11.124
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(162)	(162)	(162)
	<b>7.067</b>	<b>556</b>	<b>7.623</b>	10.962

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (a) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, no montante de R\$ 7.785, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo risco hidrológicos (*GSF – Generation Scaling Factor*). Em setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020 para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico para as usinas que comercializam energia no Ambiente de contratação livre - ACL. Dada a publicação da referida lei, que destrava as liquidações do MCP, a Administração acredita que em 2022 a inadimplência seja totalmente recebida de acordo com o cronograma estipulado pela CCEE. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise destas contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia em função desse assunto durante o exercício de 2021. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa existente em 31 de dezembro de 2021 corresponde ao saldo com alguns agentes desligados do MRE no exercício de 2019. Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

2021

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020	31/12/2021					Valor líquido
		Valor líquido	Desmantelamento	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	
Terrenos		239	-	-	-	-	-	239
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	23.040	(726)	-	-	-	-	22.314
Máquinas e Equipamentos	30	171.065	-	2.546	-	(3.210)	1.514	171.915
Veículos	7	193	-	-	-	-	-	193
Linhas de transmissão	30	10.131	-	-	-	-	-	10.131
		<u>204.668</u>	<u>(726)</u>	<u>2.546</u>	<u>-</u>	<u>(3.210)</u>	<u>1.514</u>	<u>204.792</u>
<b>Depreciação acumulada em serviço</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias		(4.339)	-	-	(762)	-	-	(5.101)
Máquinas e equipamentos		(33.503)	-	151	(5.710)	-	-	(39.062)
Veículos		(26)	-	-	(27)	-	-	(53)
Linhas de transmissão		(1.384)	-	-	(348)	-	-	(1.732)
Arrendamento - CPC 06		(112)	-	-	(76)	-	-	(188)
		<u>(39.364)</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>(6.923)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(46.136)</u>
<b>Em curso</b>								
Outros		2.528	-	2.616	-	-	(1.514)	3.630
		<u>2.528</u>	<u>-</u>	<u>2.616</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.514)</u>	<u>3.630</u>
<b>Arrendamento - CPC 06</b>								
Outros	26	1.756	-	547	-	-	-	2.303
		<u>1.756</u>	<u>-</u>	<u>547</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.303</u>
<b>Total do imobilizado</b>		<u>169.588</u>	<u>(726)</u>	<u>5.860</u>	<u>(6.923)</u>	<u>(3.210)</u>	<u>-</u>	<u>164.589</u>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2020

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2019	31/12/2020				Valor líquido
		Valor líquido	Desmantelamento	Adição	Depreciação	Transferência	
Terrenos		239	-	-	-	-	239
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	23.221	(181)	-	-	-	23.040
Máquinas e Equipamentos	30	170.781	-	-	-	284	171.065
Veículos	7	193	-	-	-	-	193
Linhas de transmissão	30	10.131	-	-	-	-	10.131
		<b>204.565</b>	<b>(181)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>284</b>	<b>204.668</b>
<b>Depreciação acumulada em serviço</b>			-	-	-	-	
Edificações, obras civis e benfeitorias		(3.568)	-	-	(771)	-	(4.339)
Máquinas e equipamentos		(27.849)	-	-	(5.654)	-	(33.503)
Veículos		-	-	-	(26)	-	(26)
Linhas de transmissão		(1.037)	-	-	(347)	-	(1.384)
Arrendamento - CPC 06		(53)	-	-	(59)	-	(112)
		<b>(32.507)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.857)</b>	<b>-</b>	<b>(39.364)</b>
<b>Em curso</b>							
Outros		264	-	2.548	-	(284)	2.528
		<b>264</b>	<b>-</b>	<b>2.548</b>	<b>-</b>	<b>(284)</b>	<b>2.528</b>
<b>Arrendamento - CPC 06</b>							
Outros	30	1.473	-	283	-	-	1.756
		<b>1.473</b>	<b>-</b>	<b>283</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.756</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>173.795</b>	<b>(181)</b>	<b>2.831</b>	<b>(6.857)</b>	<b>-</b>	<b>169.588</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Intangível

Em 2011, a holding Enel Green Power Brasil Participações Ltda. adquiriu projetos de geração de energia eólica das empresas Sowitec do Brasil Energias Alternativas Ltda. e Sowitec Operation Brasil Ltda., dentre os quais, existia o plano de desenvolvimento de um parque eólico de 30,55 MW que foi utilizado como base para o desenvolvimento do parque eólico da Companhia.

Os referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	Em serviço		Valor líquido
	Custo	Amortização acumulada	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	26.416	(3.450)	22.966
Amortização	-	(906)	(906)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	26.416	(4.356)	22.060
Amortização	-	(906)	(906)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.416</b>	<b>(5.262)</b>	<b>21.154</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Transações com partes relacionadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. (“EGP Brasil” ou “antiga controladora”) pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidos pela antiga controladora.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza da transação	Parte relacionada	31/12/2021		2021	31/12/2020		2020	Referência
		Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)	
Compra/venda de energia	Enel Green Power Ventos de Santa Angela 7 S.A.	-	-	13	994	-	994	(i)
	EGP Modelo I Eólica	-	-	(69)	-	-	-	
	EGP Modelo II Eólica	-	-	(98)	-	-	-	
	EGP São Gonçalo 14	-	-	52	-	-	-	
	EGP Boa Vista Eólica S.A	-	-	(98)	-	-	-	
	Alvorada Energia S.A	-	-	(26)	-	-	-	
	Enel Green Power Cachoeira Dourada	-	558	-	931	5.443	18.226	
	EGP Ventos de Santa Esperança 15	67	-	67	-	-	-	
	Enel Trading Brasil	1.959	951	23.933	-	-	-	
Transmissão de Energia	Enel Cien S.A	-	2	(13)	-	2	(13)	(iv)
Compartilhamento de despesas comuns do contrato intragrupo/ transferência de custos	Enel Brasil	2.599	1.105	(987)	-	-	-	(iii) / (v)
	Enel Green Power Brasil Participações LTDA.	-	-	-	2.599	650	(1.145)	
Mútuo	Enel Brasil	-	-	(3)	-	-	-	
Suporte operacional	Enel Green Power S.P.A	-	2.821	-	-	2.849	-	(iii)
Repasso de despesas	Socibe Energia S.A.	-	-	-	-	-	(54)	(ii)
	Ene Green Power Pau Ferro Eólica	4	-	-	4	-	-	
<b>Total de partes relacionadas</b>		<b>4.629</b>	<b>5.437</b>	<b>22.771</b>	<b>4.528</b>	<b>8.944</b>	<b>18.008</b>	

- (i) Os saldos referem-se à compra e venda de energia e estão de acordo com os contratos estabelecidos entre as empresas do grupo Enel.
- (ii) Repasse de despesas com viagens, custo de pessoal e compra do projeto eólico de terceiros a serem liquidados nos próximos doze meses.
- (iii) Alocação de custos de suporte de funcionários no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, eles foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos.
- (iv) Os saldos referem-se a encargos de transmissão de energia.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (v) A referida despesa está relacionada à contratos de fruição de utilidades comuns.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargo de uso da rede	<b>109</b>	7
Materiais e serviços	<b>2.402</b>	1.218
Total	<b>2.511</b>	1.225

### 10. Obrigações por arrendamentos

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques eólicos.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, R\$ 61 no passivo circulante e R\$ 2.224 no passivo não circulante, (R\$ 46 e R\$ 1.717 em 2020, respectivamente) em contrapartida ao direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa nº.7). A movimentação das obrigações por arrendamentos está demonstrado como segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38	1.446	1.484
Remensuração			-
Adições	-	283	283
Amortizações principal	(227)		(227)
Transferências	12	(12)	-
Encargos provisionados	223		223
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>46</b>	<b>1.717</b>	<b>1.763</b>
Adições	-	547	547
Amortizações principal	(277)	-	(277)
Transferências	40	(40)	-
Encargos provisionados	252	-	252
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<b>61</b>	<b>2.224</b>	<b>2.285</b>

Os compromissos de liquidação do saldo de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Total</u>
2022	327	(266)	61
2023	281	(264)	17
2024	281	(262)	19
2025	281	(260)	21
2026 em diante	4.769	(2.602)	2.167
	<b>5.939</b>	<b>(3.654)</b>	<b>2.285</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento está relacionada com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original, dessa forma, a provisão é reconhecida como parte dos custos do ativo imobilizado e a atualização financeira no resultado, conforme movimentação abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	1.147	1.256
Revisão de estimativa	(726)	(181)
Atualização financeira	83	72
Saldo no final do exercício	<u>504</u>	<u>1.147</u>

### 12. Contingências com risco possível

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e fiscal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	1	1
Fiscais (a)	8.301	5.227
	<u>8.302</u>	<u>5.228</u>

- (a) O A Companhia discute ISS supostamente devido ao município de Tacaratu/PE pelos serviços prestados na construção do parque e a correta base de cálculo do imposto. Valor atualizado em dezembro de 2021 é de R\$ 4.875.

A Companhia também discute ICMS supostamente devido ao Estado de Pernambuco em duas execuções fiscais no valor atualizado em dezembro de 2021 de R\$ 3.100.

Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de Multa, IRPJ e CSLL cujo valor atualizado em novembro de 2021 é de R\$ 326.

### 13. Patrimônio líquido

#### 13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$184.320, dividido em 184.320 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

Acionista	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	182.225.974	98,86%	-	-
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	187.425.974	98,90%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	2.093.553	1,14%	2.093.553	1,10%
	<u>184.319.527</u>	<u>100%</u>	<u>189.519.527</u>	<u>100%</u>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de dezembro de 2020 foi aprovada a redução do seu capital social, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 5.200, correspondentes a 5.200.000 ações detidas pela única acionista. A redução foi efetivada em 1o de março 2021

Em 4 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da EGP Brasil Participações Ltda. pela Enel Brasil S.A., nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação.

Considerando que a incorporadora e a incorporada fazem parte do mesmo grupo econômico no exterior e que ambas as Companhias possuem o mesmo controlador, a incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária, do qual resultará maior eficiência administrativa e reforçando a sua capacidade econômico-financeira.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Enel Brasil tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada. Dessa forma, a Enel Brasil passou a ser a controladora da Companhia.

### 13.2. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social

### 13.3. Reserva estatutária

O lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva de reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas.

### 13.4. Distribuição de resultado

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	<b>18.493</b>	8.913
(-) Reserva Legal	<b>(925)</b>	(446)
Prejuízo líquido ajustado	<b>17.568</b>	8.467
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	<b>(4.392)</b>	(2.118)
Reserva estatutária	<b>(13.176)</b>	(6.349)
Total	<b>-</b>	-



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Receita operacional líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimento de energia	<u>65.359</u>	44.899
Total da receita operacional bruta	<u>65.359</u>	<u>44.899</u>
(-) Deduções da receita		
PIS	(425)	(292)
COFINS	(1.960)	(1.347)
Taxa de fiscalização	(101)	(93)
Total de deduções de receita	<u>(2.486)</u>	<u>(1.732)</u>
Total da receita líquida	<u>62.873</u>	<u>43.167</u>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Custo do serviço e despesas gerais e administrativas

	2021			2020		
	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do Serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(29.696)	-	(29.696)	(19.214)	-	(19.214)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.185)	-	(1.185)	(1.121)	-	(1.121)
Material	(198)	(1.127)	(1.325)	(738)	-	(738)
Serviços de terceiros	(894)	(137)	(1.031)	(13)	(2.715)	(2.728)
Serviços de terceiros parte relacionadas (nota 8)	-	(987)	(987)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(280)	-	(280)	(22)	-	(22)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	(328)	(12)	(340)
Depreciação e amortização	(6.847)	(982)	(7.829)	(6.861)	(902)	(7.763)
Seguros	(302)	-	(302)	(283)	-	(283)
Outras despesas	(75)	(1)	(76)	(48)	(23)	(71)
<b>Total</b>	<b>(39.477)</b>	<b>(3.234)</b>	<b>(42.711)</b>	<b>(28.628)</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(32.280)</b>

A variação da rubrica “Energia elétrica comprada para revenda” acompanha a variação de receitas com venda de energia elétrica, e estão relacionadas a comercialização de energia necessária para proteger a Companhia de exposições no mercado de curto prazo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	421	303
Variações cambial ativa	507	168
Atualização monetária SPOT	580	544
Total da receitas financeiras	<u>1.508</u>	<u>1.015</u>
Despesas financeiras		
Variações cambial passiva	(484)	(998)
Encargos de obrigações por arrendamentos	(252)	(223)
Impostos sobre operações financeiras	(23)	(22)
Atualização financeira - Desmantelamento	(83)	(72)
Outras despesas financeiras	(22)	(27)
Total da despesas financeiras	<u>(864)</u>	<u>(1.342)</u>
Total	<u>644</u>	<u>(327)</u>

### 17. Imposto de renda e contribuição social

Abaixo demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2021 no regime de lucro presumido:

	2021	2020
Receita de suprimento de energia elétrica	<u>65.359</u>	<u>44.899</u>
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.229	3.592
Rendimento de aplicações financeiras	421	303
Outras receitas	580	544
Total base de cálculo	<u>6.230</u>	<u>4.439</u>
Alíquota do imposto de renda (15%)	(938)	(666)
Alíquota do imposto de renda (10%)	(602)	(420)
Total do imposto de renda	<u>(1.540)</u>	<u>(1.086)</u>
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	7.843	5.388
Rendimento de aplicações financeiras	421	303
Outras receitas	580	544
Total base de cálculo	<u>8.844</u>	<u>6.235</u>
Alíquota da contribuição social (9%)	(798)	(561)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(2.338)</u>	<u>(1.647)</u>

### 18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

### Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

### Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro 2021 e 2020 são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	16.052	16.052	5.798	5.798
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	578	578	-	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	13.638	13.638	10.962	10.962
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	4.629	4.629	4.528	4.528
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	8.526	8.526	1.225	1.225
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	5.437	5.437	8.944	8.944
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	2.285	2.285	1.763	1.763
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	4.392	4.392	2.118	2.118

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

#### *Contas a receber*

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

#### *Depósitos em bancos e instituições financeiras*

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

### Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

### Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Seguros

A companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	211.313	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	n/a	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.

### 20. Eventos Subsequentes

Em 08 de março de 2022, a Companhia reduziu seu capital social em R\$ 19.500. A redução ocorreu nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404. Dessa forma, na data indicada, a Companhia efetuou a restituição do referido valor à sua acionista controladora, Enel Brasil S.A.